

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### REQUERIMENTO N°           , DE 2021

(Da Deputada Gleisi Hoffmann, José Guimarães, Erika Kokay e outros)

Solicita que seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, General Walter Braga Netto, a fim de prestar informações sobre sua declaração que propôs condicionar as eleições de 2022 a aprovação do voto impresso e auditável.

Requeiro nos termos do artigo 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso IV do art. 24 e as alíneas “a”, “c” e “d” do inciso IV do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que **seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, General Walter Braga Netto**, a comparecer a esta Comissão, **a fim de prestar informações e esclarecimentos** sobre sua declaração que propôs condicionar as eleições de 2022 a aprovação do voto impresso e auditável.

#### JUSTIFICATIVA

De acordo com reportagem do jornal O Estado de São Paulo, Braga Netto teria enviado um recado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no dia 8 de julho de 2021, dizendo que, *“se não for aprovado o voto impresso e "auditável", não haverá eleições em 2022”*. *O recado teria sido dado por meio de um interlocutor ao presidente da Câmara, e que ao dar o aviso, porém, Braga Netto estaria acompanhado de chefes militares das Forças Armadas.*

As palavras do Ministro causaram apreensão, especialmente por se mostrarem como uma espécie de ameaça ao processo democrático eleitoral que é vigente no país.

Importante registrar que, por essa mesma linha de discurso, o Brasil sofreu um golpe em 1964, que é veementemente negado pelo próprio Ministro que, neste ano, comemorou o triste episódio nominando como “movimento”, alegando que as “Forças Armadas acabaram

assumindo a responsabilidade de pacificar o País”. Tal versão contraria todos os registros históricos existentes sobre o ocorrido e que levou a vida e a integridade física e psicológica de milhares de pessoas aos porões de tortura e morte, ao desaparecimento e ao bloqueio dos direitos políticos e civis da sociedade por longas e tenebrosas décadas.

É fundamental que esta Comissão, no exercício de suas atribuições relativas à análise de assuntos de natureza jurídica ou constitucional e das políticas relacionadas aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes, possa receber da autoridade do Estado aqui referida e que exerce a direção superior de todas as Forças Armadas, as explicações sobre suas palavras e pretensões, a fim de que sejam elucidadas dúvidas sobre o perfil ameaçador e desviante identificado nas suas manifestações públicas e que assim possa ser esclarecida à sociedade e a este Parlamento instituído qual a atribuição que o sr. Ministro pretende imprimir à referência militar sobre a democracia e a vida política brasileiras.

Embora o Ministro tenha desmentido toda a situação, alegando nunca ter dito as fatídicas palavras “*não haverá eleições em 2022 se não houver voto impresso e auditável*”, trata-se de uma possível afronta gravíssima à democracia e Urge, portanto, a esta Casa a adoção de medidas para proceder à convocação do Ministro **General Walter Braga Netto**, a fim de que tenha a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos, especialmente aqueles aqui mencionados.

Sala das Comissões, em 22 de julho de 2021.

ALENCAR SANTANA BRAGA (PT/SP)

GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

JOSÉ GUIMARÃES (PT/CE)

ERIKA KOKAY (PT/DF)

MARIA DO ROSÁRIO (PT/RS)

LEO DE BRITO (PT/AC)

REGINALDO LOPES (PT/MG)

PATRUS ANANIAS (PT/MG)

PAULO TEIXEIRA (PT/SP)

RUBENS OTONI (PT/GO)

RUI FALCÃO (PT/SP)

ZECA DIRCEU (PT/PR)

ZÉ NETO (PT/BA)